



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000299442

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1020312-17.2023.8.26.0020, da Comarca de São Paulo, em que é apelante CLECIO CORREIA DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado BANCO DAYCOVAL S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma V (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS EDUARDO PACHI (Presidente sem voto), RUI PORTO DIAS E RICARDO PEREIRA JÚNIOR.

São Paulo, 27 de março de 2025.

MARCOS DE LIMA PORTA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Apelação Cível: 1020312-17.2023.8.26.0020

Apelante: Clecio Correia dos Santos

Apelado: Banco Daycoval S.A.

Comarca: São Paulo

Voto nº 9812

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL
CONTRATO FINANCIAMENTO
VEÍCULO. Sentença de improcedência.
Inconformismo da parte autora. Cédula
de crédito bancário. Direito de
informação não violado. Taxa de juros
dentro dos parâmetros do mercado não
ultrapassando o dobro da média. Tarifa
de registro do contrato. Lícitude na
cobrança e ausência de abusividade.
Tarifa de cadastro. Incidência da
súmula nº 566 do Superior Tribunal de
Justiça. Possibilidade de cobrança de
tarifa de cadastro no início do
relacionamento entre o consumidor e a
instituição financeira. Sentença
mantida. Recurso improvido.**

Trata-se de ação revisional de
contrato ajuizada por Clecio Correia dos Santos, em face
de Banco Daycoval S.A. alegando, em síntese, que

firmou contrato de financiamento de veículo com a parte requerida. Afirmou que o contrato previu juros de 3,28% ao mês, acima da taxa média mensal apurada pelo Banco Central do Brasil na mesma data, de 2,91%, o que considera abusivo. Afirmou ainda a abusividade das taxas de registro e de cadastro, e pleiteou o recálculo do IOF. Requereu a inversão do ônus probatório; a redução e recálculo dos juros praticados; a declaração de ilegalidade das tarifas de registro e cadastro, com consequente recálculo do IOF e do financiamento como um todo. Requereu ainda a condenação do réu à restituição do indébito em dobro.

Sobreveio a sentença de fls. 630/638, que julgou improcedente o pedido condenando a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como de honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, observada a gratuidade processual.

Apela o requerente, às fls. 641/647, alegando existência de juros e tarifas abusivos.

Contrarrazões de apelação às fls. 651/662.

Não houve oposição ao julgamento virtual.

Esse é o relatório.

Conheço do recurso, pois presentes os requisitos legais.

O recurso não merece provimento.

De início, saliento que se aplica ao presente caso o Código de Defesa do Consumidor, consoante entendimento consolidado na Súmula n.º 297 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, que possui o seguinte enunciado:

O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.

Cinge a controvérsia em torno da abusividade quanto às taxas de juros praticadas bem como das tarifas presentes na contratação.

Quanto à alegação de abusividade dos juros praticados, mesmo incidindo o Código de Defesa do Consumidor e se tratando de contrato de adesão, não há como se considerar, automaticamente, tudo o que foi pactuado como sendo abusivo. A regra é se cumprir o ajustado, salvo situações excepcionalmente verificadas.

Por outro lado, o consumidor pode pleitear a revisão das cláusulas contratuais sob a alegação de ilegalidade, mesmo tendo firmado o instrumento sem qualquer vício de consentimento ou comprovação de fato superveniente imprevisível, não havendo o que se falar em aplicação inflexível do

princípio do *pacta sunt servanda*.

Observa-se, ainda, que a instituição financeira cumpriu integralmente o disposto no artigo 52 do Código de Defesa do Consumidor, o instrumento firmado foi redigido de maneira clara, com tamanho de fonte compatível e com quadro que permite o consumidor saber exatamente o custo efetivo total da operação e o que está sendo cobrado.

Deste modo, sob tal prisma, não há violação às regras consumeristas que levem à nulidade nos termos do artigo 52 do Código de Defesa do Consumidor.

Prosseguindo, não prospera a alegação de abusividade das taxas de juros. Neste sentido, dispõe a Súmula nº 382 do STJ:

A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade.

No que concerne às taxas de juros aplicadas ao contrato firmado entre as partes, aplica-se o disposto na Súmula nº 596 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual é admissível a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano:

As disposições do Decreto 22.626/1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o Sistema Financeiro Nacional.

Isso porque nas operações do Sistema Financeiro Nacional não se aplicam as limitações do Decreto nº 22.626/1933 (Lei da Usura).

A questão restou dirimida com a Súmula nº 539 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, que consolidou entendimento no sentido de que é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.03.2000, desde que expressamente pactuada:

É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP n. 1.963-17/2000, reeditada como MP n. 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada.

Com efeito, a previsão de taxas efetivas anuais superiores a doze vezes o valor da taxa mensal, como no caso presente, em que se preveem expressamente a periodicidade e as taxas aplicadas, é o suficiente à caracterização dessa pactuação.

Esse é entendimento da tese firmada no julgamento do Tema Repetitivo nº 247 do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.

Desse modo, verifico que a

capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano foi expressamente pactuada no contrato firmado entre as partes, inexistindo ofensa ao dever de informação.

Além disso, sobre a matéria analisada, o Superior Tribunal de Justiça decidiu em sede de julgamento do Recurso Especial Repetitivo:

ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS

- a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF;
- b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade;
- c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02;
- d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto (REsp Nº 1.061.530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGUI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22.10/2008).

O Excelso Supremo Tribunal Federal não admite que os juros remuneratórios sejam exorbitantes, flagrantemente maiores que os praticados pelo mercado. De forma semelhante, o Superior Tribunal de Justiça entende que a pactuação dos juros é livre entre as partes, somente se podendo falar em taxa

abusiva se constatado oportunamente, por prova robusta, que outras instituições financeiras, nas mesmas condições, praticariam percentuais muito inferiores (Resp 915.572/RS, Quarta Turma, Rel. Min Aldir Passarinho, DJe 10.03.2008).

Nesses termos, verifico que a taxa de juros praticada pela instituição financeira está em consonância com as taxas praticadas pelo mercado na época da contratação (<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/txjuros> – acesso em 20.03.2025).

Assim, ausente a comprovação da abusividade, são válidas as taxas de juros e a metodologia de amortização pactuadas no contrato firmado entre as partes.

Quanto às tarifas de Cadastro, Registro e Avaliação do bem, o Superior Tribunal de Justiça firmou os seguintes entendimentos em sede de julgamento de recursos repetitivos:

Súmula 566 do STJ: "Nos contratos bancários posteriores ao início da vigência da Resolução-CMN n. 3.518/2007, em 30/4/2008, pode ser cobrada a tarifa de cadastro no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira."

Tema Repetitivo nº 620 do STJ: "Permanece válida a tarifa de cadastro expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira."

Tema Repetitivo nº 958 do STJ: "2.3. Validade da tarifa de avaliação do bem dado em garantia, bem como da cláusula que prevê o ressarcimento de despesa com o registro do contrato, ressalvadas a: 2.3.1. abusividade da cobrança por serviço não efetivamente prestado; e a 2.3.2. possibilidade de controle da onerosidade excessiva, em cada caso concreto."

Tema Repetitivo nº 972: "1 - Abusividade da cláusula que prevê o ressarcimento pelo consumidor da despesa com o registro do pré-gravame, em contratos celebrados a partir de 25/02/2011, data de entrada em vigor da Res.-CMN 3.954/2011, sendo válida a cláusula pactuada no período anterior a essa resolução, ressalvado o controle da onerosidade excessiva.

2 - Nos contratos bancários em geral, o consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada.

3 - A abusividade de encargos acessórios do contrato não descaracteriza a mora."

Sendo assim, para que essas tarifas possam ser legitimamente cobradas, há necessidade de comprovação dos serviços prestados, ou seja, só serão válidas caso a instituição comprove documentalmente que realizou os serviços correspondentes a cada taxa.

Quanto à cobrança de tarifa de cadastro, destaca-se a tese disposta no referido REsp 1.251.331/RS, já incorporada à Súmula da Corte, especificamente: Súmula 566 (STJ): "*Nos contratos bancários posteriores ao início da vigência da Resolução-CMN n. 3.518/2007, em 30.04.2008, pode ser cobrada a tarifa de cadastro no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira*". Assim, não há que se falar em ilegalidade na contratação da tarifa de cadastro, pois o requerente não comprovou que possuía

relacionamento anterior com o requerido.

Quanto à tarifa de registro, restou comprovado á fl. 194 que o requerido prestou o serviço em questão. Desse modo, não ficou verificada abusividade na cobrança dessa tarifa.

O apelante pleiteia o reconhecimento da abusividade das tarifas no montante financiado, mas, como exposto anteriormente, a alegação não procede. Pelos mesmos motivos, descabida a alegação de incidência incorreta do IOF.

Não há elementos para se concluir que o apelado se valeu, quando da pactuação, de artimanhas gráficas, ambiguidades, omissões, maquinações ou práticas redacionais quaisquer pelas quais se turvasse a vontade livre do apelante. Ao contrário, os documentos apresentados esclarecem a natureza do negócio jurídico que se firmava, em atendimento ao disposto no art. 46 do Código de Defesa do Consumidor.

Rememore-se que a hipossuficiência, ínsita a todo e qualquer consumidor, não lhe pode escudar de escolhas que, livres de vício de vontade, mostram-se posteriormente desacertadas, por razão de fatores extrajurídicos.

Logo, os elementos narrativos e de

convicção acenam que à parte requerente foi conferido conhecimento bastante acerca da natureza da contratação, valendo-se esta da prestação contratada, circunstâncias que, somadas, rechaçam em absoluto o desconhecimento do negócio e conseguinte asserção de ilicitude das contraprestações avençadas.

Isto posto, configurado o exercício regular do direito por parte da instituição financeira, acertada a r. sentença julgando improcedente a pretensão inicial.

Nesse sentido, o E. Tribunal de Justiça de São Paulo já decidiu recentemente:

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – Pretensão revisional de contrato bancário - Alegações da autora no sentido de estar sendo cobrada taxa de juros diversa daquela pactuada na Cédula de Crédito Bancário, o que denotaria abusividade por parte do requerido – Inocorrência – Clara previsão das taxas de juros incidentes no Custo Efetivo Total (CET), aplicável ao contrato – RECURSO NÃO PROVIDO. Ação de Obrigação de Fazer – Pretensão revisional de contrato bancário – Tarifa de Cadastro – Possibilidade de cobrança – Orientação firmada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça em sede de julgamento de recursos repetitivos – RECURSO NÃO PROVIDO. (TJSP; Apelação Cível 1000043-29.2016.8.26.0140; Relator Desembargador (a): Renato Rangel Desinano; Órgão Julgador: 11ª Câmara de Direito Privado; Foro de Chavantes - Vara Única; Data do Julgamento: 14/03/2017; Data de Registro: 14/03/2017)

CONTRATO – Serviços Bancários – Financiamento de veículo – Cédula de crédito bancário – Ação revisional – Repetição de indébito – PRELIMINARES – PEDIDO GENÉRICO – Não configuração – Autor que descreveu os encargos contratuais impugnados bem como os valores controvertidos - Cumprimento do dever legal do art. 330, § 2º, do CPC – IMPUGNAÇÃO DE CLÁUSULAS

CONTRATUAIS INEXISTENTES – Não ocorrência – Cláusulas e tarifas admitidas pelo próprio apelado em contestação – Documento juntado pelo próprio apelado que confirma a existência das cláusulas – MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ – Comportamento contraditório – Violação da boa-fé objetiva – Dedução de defesa contra fato incontroverso (art. 80, I, do CPC) – Alteração da verdade dos fatos (art. 80, II, do CPC) – Aplicação de multa por litigância de má-fé ao apelado – TARIFA DE REGISTRO DE CONTRATO – A cláusula que prevê o ressarcimento pelo registro do contrato é válida, desde que o serviço seja efetivamente prestado, sendo possível o controle da onerosidade excessiva em cada caso concreto – REsp nº 1.578.553/SP (Tema Repetitivo nº 958 do STJ) – Tela sistêmica com a respectiva anotação de alienação fiduciária em favor do credor no documento de consulta de registro de contrato que comprova a prestação do serviço – Ausente prova de onerosidade excessiva – Validade da cláusula – Manutenção da cobrança – TARIFA DE AVALIAÇÃO DE BEM – A tarifa de avaliação do bem dado em garantia é válida, desde que o serviço seja efetivamente prestado, sendo possível o controle da onerosidade excessiva em cada caso concreto – REsp nº 1.578.553/SP (Tema Repetitivo nº 958 do STJ) – Termo de avaliação que comprova a prestação do serviço – Ausente prova de onerosidade excessiva – Validade da cláusula – Manutenção da cobrança – SEGURO PRESTAMISTA – Nos contratos bancários, o consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada – REsp nº 1.639.259/SP (Tema Repetitivo nº 972 do STJ) – VENDA CASADA – Não configuração – Instrumento do contrato de seguro autônomo e apartado do instrumento do contrato de financiamento – Assinaturas em documentos apartados – Cláusula do contrato de financiamento que prevê a possibilidade ou não de celebração de contrato de seguro – Consumidor que pôde exercer direito de optar pelo contrato de seguro e pela seguradora – Recurso não provido, com determinação. (TJSP; Apelação Cível 1005452-20.2023.8.26.0114; Relator Desembargador (a): Pedro Ferronato; Órgão Julgador: Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma III (Direito Privado 2); Foro Regional de Vila Mimosa - 5ª Vara; Data do Julgamento: 08/11/2024; Data de Registro: 08/11/2024)

Nestes moldes, nego provimento ao
recurso.

Em razão da sucumbência em sede

recursal, impõe-se a majoração dos honorários advocatícios em 11% do valor da causa, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, observada a gratuidade processual.

Para fins de acesso aos Egrégios Tribunais Superiores, fica reconhecido o prequestionamento de toda a matéria aduzida, sendo desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais (EDROMS 18205/SP-STJ, Min. Félix Fischer, DJ 08.05.2006, p. 24).

Atentem as partes e desde já se considerem advertidas de que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com efeitos infringentes lhes sujeitará à imposição da multa prevista pelo artigo 1.026, §2º, do Código de Processo Civil.

MARCOS DE LIMA PORTA

Relator